

A REGIÃO DE AMARGOSA: TRANSFORMAÇÕES E DINÂMICA ATUAL (RECUPERANDO UMA CONTRIBUIÇÃO DE MILTON SANTOS)

Robson Oliveira Lins*
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva**

Resumo: *A região de Amargosa no estado da Bahia, outrora de grande importância e dinamismo, vem sofrendo transformações econômicas, sociais e políticas que se devem, em grande parte, à crise cafeeira que ocorre desde o início do século XX, deixando marcas na configuração espacial daquela região, gerando uma gravitação de importância conspícua da atividade humana traduzida nos agentes produtores do espaço. Partindo deste contexto o presente estudo ambiciona contribuir para o debate em torno do dinamismo regional (ou da falta dele) que permeia o território baiano no âmbito da Ciência Geográfica, através das novas relações sociais de produção que imprimem as marcas essenciais deste novo (re)arranjo do homem com o seu meio (técnico-científico-informacional).*

Palavras-chave: Região; Cartografia; Regionalização

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o mundo tem passado por rápidas transformações. O acirramento da competição produtiva, comercial e financeira em escala internacional cria dificuldades para algumas áreas se adequarem aos processos, fazendo com que os lugares se reestrutem, promovendo profundas mudanças no perfil organizacional e produtivo do seu espaço. O processo de mundialização da economia e a eclosão de uma nova revolução tecnológica, classificada por Santos (1994) como período técnico-científico-informacional, têm estimulado novas formas de organização da produção e do trabalho. Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, com reflexos diretos sobre a dinâmica territorial das atividades produtivas no Brasil.

Sendo assim, uma análise regional necessita hoje avaliar um conjunto de fatores inter-locais e inter-regionais de forma integrada e sistematizada, pois só assim pode-se obter uma consonância entre diversas tendências territoriais dentro do processo de globalização, que tenta cada vez mais a padronização dos lugares, tirando suas particularidades. Contudo as diferenças regionais emergem e se contrapõem. Segundo Lencioni (1999), uma análise regional necessita ser voltada para as particularidades, para poder revelar os aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos se considerarmos apenas o ponto de vista global.

No Brasil, a questão regional é caracterizada pelos desequilíbrios nas mais diversas esferas (econômica, social, ambiental, etc.), pois a política desigual de distribuição de renda tem favorecido o aumento das disparidades sociais nas mais diferentes regiões do país.

A mais importante constatação que deve ser feita é que os desequilíbrios regionais brasileiros ainda são muito expressivos, e cada vez mais associadas em diferentes escalas e intensidade, aos desequilíbrios sociais e ambientais e não mais somente aos desequilíbrios econômicos. Esses desequilíbrios afetam fortemente a dinâmica dos indicadores sociais e ambientais do País como um

* Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia e-mail: robsonlins@pop.com.br.

** Doutor, Professor e Coordenador de Curso do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

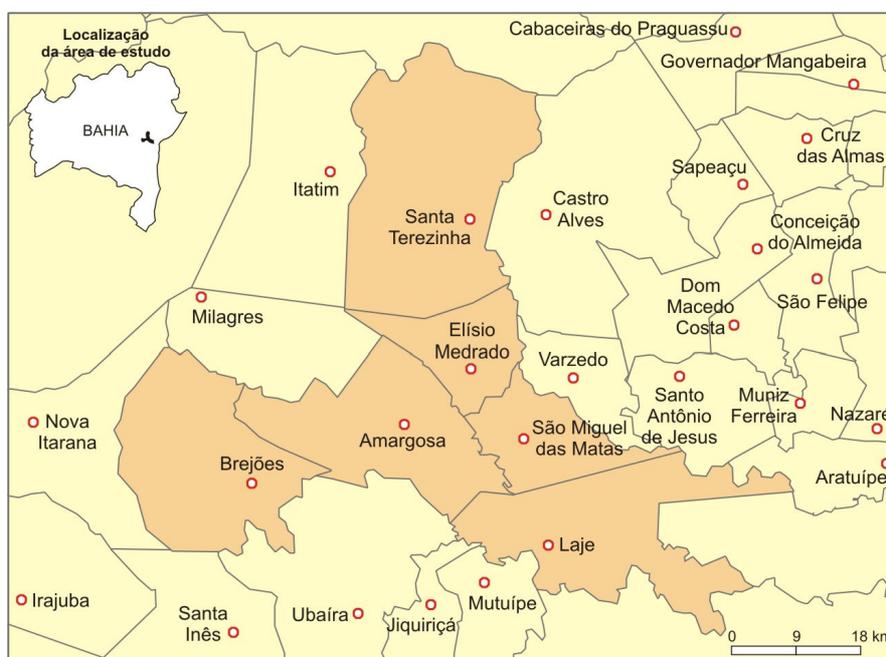
todo, especialmente quando colocados no contexto internacional (SILVA; SILVA, 2003, p. 50).

O território baiano, e não podia ser diferente, comunga dos mesmos desequilíbrios regionais existentes no Brasil, pois, na Bahia, devido em parte à sua extensão territorial, possui grande diversidade regional com as mais diferentes tendências e desníveis, constituído por áreas com alguns níveis de desenvolvimento, outras empobrecidas ou em fase de empobrecimento. A Bahia, segundo Silva e Silva (2003), se constitui um resumo histórico e geográfico do Brasil, pois apresenta grandes desequilíbrios sócioeconômicos regionais, porém com relevantes especificidades culturais, políticas, ambientais, econômicas entre outras.

Dentro deste contexto, o município de Amargosa, porção importante do território baiano, situado a 240 km (via BR 101) e 273 km (via BR 116) de distância de Salvador, fazendo limite com os municípios de Elísio Medrado a noroeste, São Miguel das Matas a leste, Laje a sudoeste, Ubaíra a sul, Brejões e Milagres a oeste (fig. 01), vem a ser o objeto de estudo proposto neste trabalho. Para tanto, o mesmo toma como base um estudo regional coordenado pelo professor Milton Santos em conjunto com o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, no ano de 1963. A referida obra consta de 5 (cinco) capítulos, contendo mapas temáticos, tabelas com os mais diferentes dados relacionados à população, educação, saúde, economia, etc., fornecendo assim o cenário da referida região encontrado na época. Segundo Santos (1963), em síntese, a definição da região na época seria a seguinte:

[...] a região de Amargosa é uma área de inércia ou uma área de arcaísmo, mais grave porque cercada de outras áreas onde as pulsações do mundo moderno repercutem sobre a atividade dos moradores. Trata-se de fato de uma ilha de inércia. [...] (p. 40)

Figura 1 - Localização da área de Estudo.



Fonte: IBGE. Malha Municipal Digital – 2001.

Este estudo empreendido pelo professor Milton Santos e sua equipe, resultado de pesquisa de campo e de análise em laboratório, é bastante relevante para o entendimento da região no início da década de 60 do século XX. O que se propõe aqui é uma releitura visando

compreender e delinear a nova dinâmica na produção do espaço na referida região, sua organização, tendências e perspectivas no âmbito da Bahia e do Brasil.

A proposta deste estudo não procura somente fazer um resgate histórico-bibliográfico, mas trata-se também de uma nova análise de uma importante porção do território baiano, até então pouco estudada, através de um estudo regional integrado, aliado a um conjunto de informações relacionado à estrutura organizacional e funcional do espaço geográfico, buscando particularizar a dinâmica inovativa que permeia esta região.

2. A QUESTÃO REGIONAL DENTRO DO ÂMBITO GEOGRÁFICO

O objeto de estudo da Geografia é a sociedade e a sua objetivação a organização espacial, como dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer sua própria história (SILVA, A.C. 1986, p. 52-53). Sendo assim, fazer ciência geográfica é antes de tudo analisar a interdependência dos elementos que compõem o espaço geográfico. Na história do desenvolvimento do pensamento geográfico, a partir do século XIX, deparamos com a dicotomia da Geografia Geral e Geografia Regional, sendo que esta última, segundo Lencioni (1999), contém em si uma questão de escala. No limite inferior a região pode se reduzir a uma mancha, no limite superior as particularidades podem ficar obscurecidas; existe assim, uma escala de divisão regional que deve ser considerada na análise regional.

Conseqüentemente, para a análise regional é preciso rigor conceitual na caracterização de “região” que nos forneça uma compreensão ao mesmo tempo “regional” e global da realidade, pois, para Hartshorne (1969), a mesma trata-se de uma área que apresenta individualidades resultantes da integração, de natureza única, entre fenômenos heterogêneos, ou seja, para existir a noção de região tem que haver integração de elementos, sendo estes visualizados ou identificados ao longo de um processo de investigação através de critérios definidos pelo pesquisador. Mas, a valorização da identidade não elimina a busca da interdependência da região com outras áreas, buscando entender dinâmicas diferenciadas que se rebatem, inclusive, sobre questões ligadas aos próprios particularismos regionais; assim, há sempre elementos comuns entre as regiões e, ao mesmo tempo, processos de individualização regional.

A pesquisa volta-se então para a necessidade premente de fortalecimento de uma problematização atual acerca de um conceito de região. Como ponto de partida - para a sua compreensão, comprovação e/ou reformulação - escolhemos aquilo que é denominado como a “região” de Amargosa, objetivando uma conceitualização que nos forneça uma compreensão ao mesmo tempo regional e global da realidade, dentro dos parâmetros políticos e econômicos e delineando o quê (ou quem) torna essa pequena porção territorial uma *região*.

A região constitui fundamentalmente um fenômeno geográfico. O geógrafo pode defini-la, explicá-la e mesmo querer delimitá-la, no entanto, os conceitos de região são diversos e os limites regionais são dinâmicos, já que devem levar em consideração os diferentes estágios de desenvolvimento. Mas há alguns elementos que sobressaem nas tentativas de encontrar uma medida comum capaz de abranger os aspectos essenciais da realidade regional.

As regiões, portanto, são organismos vivos e complexos que, segundo Lencioni (1997), possuem uma noção ambígua e envolvida por uma multiplicidade de significados, muitas vezes, contraditórios e em constante transformação. Estas tendem a estruturar-se de uma maneira cada vez mais firme e ganhar coesão; também podem morrer, por lenta desintegração, ou bruscamente, devido à intervenção de um agente externo. Não existem leis rígidas para definir esse processo, mas podem ser identificados fatores que, de modo geral, podem definir o estágio de evolução das regiões. Kayser (1980 p, 74) identifica os seguintes fatores de formação das regiões nos países de economia liberal.

Fatores naturais e históricos. Muitos limites regionais são naturais, tais como: montanhas, florestas, desertos etc. Fatores de natureza histórica, no entanto, também são muito importantes. É verdade que o conceito de regiões históricas já não goza do mesmo prestígio de algumas décadas atrás, mas não pode ser negligenciado.

Polarização. O processo de formação de uma região consiste na polarização progressiva de suas atividades em torno de seu centro. Assim, quanto maior for a influência que o centro exercer sobre um território, mais bem formada e madura será a região. Tanto é que se pode dizer que na época contemporânea não é a região que cria sua capital, mas a capital que forja sua região.

Comunicações. Não se pode falar de região num território que não disponha de infra-estrutura viária. Sua função é tão decisiva que fica mais fácil salientar a influência negativa de sua ausência do que sua ação diretamente construtiva.

Administração. Os fatores administrativos no mundo contemporâneo são os mais importantes para a coesão e concentração regional, pois a administração toma um lugar cada vez maior na vida econômica. A administração reforça a região e, além disso, contribui para criar solidariedades e polarizações no interior de seus limites.

A concepção da geografia crítica possui como paradigma a percepção da região como instrumento de dominação da burguesia. Assim, para Lipietz (1977, p. 47), a região pode ser considerada como uma zona concreta ao nível da qual se regulam as contradições secundárias entre as classes dominantes, sobre a base da fase atingida pela articulação dos modos de produção e do estágio atingido pelo capital local. Para Leite (1994, p.74), a definição de “região” está intimamente ligada às formas de produção que vigoram num determinado momento histórico; o processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas e assume ritmos distintos, isto é, duração e intensidade variadas. Para Oliveira (1977, p. 57), uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

No entanto, Castro (1994) afirma que o final do século XX foi marcado pelo retorno ao individualismo; pelo aparecimento de novas estratégias de relações centro-periferia; por novos arranjos espaciais e de solidariedade propiciados por mudanças tecnológicas; pelo fortalecimento dos poderes locais e regionais como novos interlocutores nas relações supranacionais e pela valorização do ambiente em escala planetária. Tudo isso vem reclamando um novo olhar para o território regional, não apenas como uma engrenagem de totalidade positiva, mas como um continente de conteúdo significante.

Fica evidente então, que o dinamismo que envolve a formação regional é bastante complexo. A maneira como se enfoca a região, por sua vez, fará variar tanto sua delimitação como suas perspectivas. Sendo assim, a produção deste estudo requer a definição de elementos conceituais capazes de proceder à sua análise, elementos esses que ultrapassam os tradicionais definidos pela análise geográfica. Para que os estudos regionais se tornem significativos para a realidade contemporânea, é necessário que envolva elementos de análise de cunho geográfico, demográfico, econômico, administrativo e político, pois objetivamente, as interações dessas áreas estruturantes da dinâmica de um sistema regional são, cada vez mais, de tipo *conectivo*: redes de toda ordem podem articular, verticalmente, lugares, indivíduos, organizações, situados em níveis escalares distintos, e, horizontalmente, pontos do território, sem que seja obedecida a restrição de contigüidade (Santos, 1994).

Machado (1995) propõe, que mais próxima das realidades regionais é a concepção do espaço regional como um "sistema aberto", ou como um conjunto de "n" sistemas abertos, na medida que são sistemas que trocam energia (trabalho), matéria (bens) e informação, com o

"ambiente" em que se situam, ao mesmo tempo em que o grau de coesão interna depende da intensidade de relações que neles se dão. "Ambiente", nesse caso, pode ser um conjunto de variáveis que atuam em diversos níveis escalares: características geográficas, o preço de mercadorias, normas sociais, características culturais, etc. O sistema urbano, em si mesmo composto por múltiplos subsistemas, ou mesmo a cidade, constitui um exemplo expressivo do que é um "sistema aberto". Assim,

[...] o espaço contém e representa uma visão complexa da realidade nos seus variados aspectos, nos seus diversos elementos constituintes, e nessa representação se inclui o complexo de relações que se estabelecem entre esses mesmos elementos. Nesta acepção tem cabimento a identificação [do espaço] com o conceito de sistema [...]. (LOPES, 2002, p.45)

Sendo assim, as implicações que envolvem as questões regionais recaem também sobre o conceito de Redes Geográficas, estas segundo Corrêa (2001), se apresentam como um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.

É crescente a utilização do conceito de redes nas diversas áreas da ciência, sendo utilizado para designar diferentes fenômenos, recebendo frequentemente sentidos diferentes, e até antagônicos, perdendo em precisão e comprometendo a contribuição analítica que pode oferecer. No entanto, as Redes Geográficas se diferem das demais, pois têm a espacialidade como característica chave que as distingue das redes em geral e necessita ser explicitada, não sendo suficiente afirmar que os objetos e processos têm necessariamente uma localização (CORRÊA, 1999). A rede geográfica é também, um produto e uma condição social, sendo historicamente construída, fruto da ação humana e uma obra consciente dotada de intencionalidade, por isso, torna-se necessário esclarecer alguns desses sentidos. Tal conceito aparece mais regularmente no campo de estudo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e suas políticas e da produção/circulação de mercadorias e serviços.

O uso corrente do conceito de redes se justifica devido ao desenvolvimento na atualidade de um novo padrão de configuração de articulações entre organizações. Entre as razões para o surgimento deste novo padrão, pode-se destacar: a tentativa de enfrentar ambientes de incerteza e turbulência imposta pela globalização; o crescente movimento no sentido de uma maior democratização e participação; a tendência de se realizar parcerias no século XXI e a inviabilidade dos padrões burocratizados para responder às novas demandas da "aldeia global".

Partindo destes pressupostos, o trabalho de pesquisa almeja, *a priori*, utilizar também as categorias de análise propostas por Santos (1994), pois estas levam em consideração as mudanças que o território vem conhecendo nas formas de sua organização. Segundo o mesmo, circuito de produção, fixos, fluxos, processo, estrutura, forma e função são outras tantas categorias de análise da produção do espaço.

Ainda segundo Santos (1994), estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, processos, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de interação e contradição. Diz ele:

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que possa captar como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições pré-existentes (SANTOS, 1994)

Esta pesquisa leva em consideração a especialização entre regiões, gerando concorrência entre as mesmas, que segundo Santos (1994), isto se deve ao fato destas não precisarem mais produzir tudo para sua subsistência, pois com os meios rápidos e eficientes de transportes e

comunicações podem buscar em qualquer ponto do país e mesmo do planeta aquilo que necessitam.

Os fluxos de informações, hoje, são responsáveis por novas hierarquias e polarizações, são organizadores de sistemas urbanos e da dinâmica espacial. No entanto, estes atendem a lógicas mercadológicas, e ao considerar uma região um “sistema aberto”, esta, portanto, sofre influências do exterior, seja através da procura externa pelos seus produtos, seja devido às políticas econômicas dos governos hierarquicamente superiores, gerando, assim, desequilíbrios regionais. Desta forma,

[...] existe uma tendência inerente na livre atuação das forças de mercado para criarem assimetrias regionais, e esta tendência é tanto mais acentuada quanto mais pobre é o país; estas duas leis são das mais importantes para entender o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento [...]. (MYRDAL, 1957, apud SANTOS, 2002a, p 190).

Enfim, a concepção e aplicação dos conceitos que envolvem as questões regionais descritos, permitirão um estudo significativo da região de Amargosa, levando a uma análise nos níveis organizacionais do espaço geográfico, valorizando suas conexões e funcionalidade.

METODOLOGIA PARA UMA ANÁLISE REGIONAL

A acuidade científica deste estudo reside dentro da Geografia Regional, propondo fazer um estudo microrregional, aguçando assim o debate relacionado às desigualdades regionais existentes no Estado da Bahia, dentro de uma perspectiva heterogênea que é inerente ao território baiano, assim sintetizado por Silva e Silva (2003).

O território baiano é complexo, considerando sua grande extensão e diversidade. A Bahia, só como exemplo, com 564.692 km², é um pouco maior que a França e 25 vezes maior que seu vizinho Sergipe e com a população 7,32 vezes maior que a desse Estado. A Bahia apresenta, por conseguinte, um número expressivo de diversificadas regiões naturais e de regiões de caráter histórico, sócio-econômico, social e política (SILVA; SILVA 2003, p. 65).

Dentro desta lógica de heterogeneidade existente no Estado da Bahia, aqui também, propõe-se individualizar, dentro dos parâmetros de análise geográfica, a região de Amargosa, através de uma metodologia adequada para compreender as práticas de obtenção, organização e disseminação de informações regionais, identificando com maior clareza, áreas que se destacam nos principais aspectos da organização espacial, influenciadas ou não pelo município de Amargosa, permitindo alcançar os objetivos da pesquisa.

Sendo assim, a Geografia, enquanto ciência social, destaca-se pelo seu potencial de análise corológica dos mais diversos fenômenos, através da espacialização das informações que se dá com o uso da Cartografia Temática. Com o apoio técnico desta ciência-arte que faz a representação de fenômenos espaciais e/ou geográficos através de mapas, será possível visualizar as nuances que envolvem o município de Amargosa e seu entorno, no período proposto neste trabalho, 1960 a 2000, nos seus mais diversos aspectos.

Portanto, o banco de dados montado tem como fonte principal órgãos oficiais (SEI, IBGE, etc.), mas, é importante salientar a importância do levantamento de informações de fontes primárias oriundas de pesquisa de campo. O presente estudo pretende obter tais informações complementares através de entrevistas realizadas em propriedades rurais e na sede municipal, com pessoas ligadas a administração, a sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, firmas comerciais, instituições. A primeira etapa de levantamento de dados

primários já está em fase de execução, foram realizadas duas pesquisas de campo com o intuito de obter um contato direto com a realidade. A preocupação na abrangência dessas informações é obter dados não disponíveis em fontes estatísticas oficiais, com a finalidade de obter um produto final consistente e estreitado com a realidade.

Completa-se a análise com a investigação de outros elementos que possibilitaram a formação da região: os recursos naturais apropriados pela sociedade, a população em diferentes aspectos, os centros de consumo e de distribuição de bens e serviços, que completam esse conjunto de características. Com esses elementos, pode-se entender a estrutura atual do espaço regional, cuja produção é um processo contínuo.

Uma demarcação regional, no entanto, não se restringe apenas à aplicação de uma simples fórmula matemática criadora de índices numéricos, ou quiçá de uma síntese de variáveis que redundam por mecanizar os fenômenos sociais, reduzindo-os a simples fenômenos quantitativos. O tratamento e análise de dados é uma etapa importante para trabalhos geográficos, porém, o mesmo inclui uma análise lógica, dialética, de fenômenos implícitos, quase invisíveis, que são as relações sociais (políticas, comerciais, de mão-de-obra, naturais...). Tais indicadores demonstram os níveis de acessibilidade ou de comunicação, grau de polarização, níveis de solidariedade e influências administrativas, centros de consumo e de distribuição de bens e serviços, existentes numa determinada região.

Deste modo, para se atingir os objetivos propostos neste trabalho, a nível metodológico, deve-se examinar diferentes estruturas que constituem a organização do espaço regional. Partindo-se dos processos sociais, reconstitui-se a produção do espaço regional até o momento presente, pois, dentro de um mesmo espaço existe a sobreposição de processos desencadeados pelos mais diversos agentes. Sendo assim, uma demarcação regional perpassa pela análise do conjunto de informações e relações, que se refletem na espacialização da geoinformação em meio cartográfico.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G e LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis. Vozes, 1977.
- BROEK, J.O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTRO, I.Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____, **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, I.Elias de, et al.(Org) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 89-117.
- HARTSHORNE, R. **Questões Sobre a natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

KAYSER, Bernard. **A região como objeto de estudo da geografia**. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves. *Geografia ativa*. São Paulo: DIFEL, 1980

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994.

LIPIETZ, Alain. **Le Capital et son espace**. Paris: Maspero, 1977.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MACHADO, L.O. **Sistemas "Longe Do Equilíbrio" E Reestruturação Espacial Na Amazônia**1 . *Cadernos do IPPUR*, ano IX, nº ¼, jan./dez. 1995: 83-106. Disponível em: <http://www.eumed.net/tesis/jass/1.pdf> Acessado em 20 de nov. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião. Sudene. Nordeste Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Milton (Coord). **A Região de Amargosa**. Bahia: Comissão de Planejamento Econômico, 1963.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SERPA, A.S.P. E qual o lugar da Geografia Regional no Contexto atual da Geografia?. **Caderno de Geociências**, Salvador, nº 6, p.59-79 nov. 2001.

SILVA, A.C de. **As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico**. In O espaço interdisciplinar org. Milton Santos e Maria Adélia de Souza. São Paulo, NOBEL 1986.

SILVA, S.C.B. de M. e; SILVA, B. C. Nentwig. **Estudos sobre globalização, territórios e Bahia**. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003, p.182.

_____. Mudanças recentes na organização regional do Brasil: novos enfoques e novos desafios. **Análise & Dados**, Salvador, v.2, n.2, p. 24-33, 1992.

SOUZA, M.L. de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.